

INSS

Aumente as chances com o simulado para técnico

O edital do concurso está previsto para 23 de dezembro. Das 1.875 ofertas, 1.500 serão destinadas a técnicos do seguro social

Mapa mental, o novo aliado dos candidatos a concursos públicos

A mais recente novidade a favor dos candidatos a concursos públicos atende pelo nome de mapa mental. Isso nada mais é que o organizador gráfico desenvolvido pelo psicólogo Tony Buzan, nos anos de 1970. A técnica gráfica utiliza mapas mentais como meio para a potencialização da aprendizagem e representa uma ferramenta para estimular o pensamento global cerebral.

Outra definição para ajudar no entendimento é que o mapa mental pode ser útil na gestão de informações, de conhecimento e de capital intelectual; compreensão e solução de problemas; memorização e aprendizado; e criação de manuais, livros e palestras. Além disso, é uma excelente ferramenta de brainstorming - traduzido como tempestade cerebral - e auxilia na gestão estratégica de empresas ou negócios. De acordo com Use Your Head (Buzan, 2004), “o mapa mental é a expressão do pensamento radiante, ou seja, uma função da mente humana”, portanto, é um modelo pelo qual a mente humana trabalha.

O professor Alberto Dell'Isola, do Instituto IOB, campeão brasileiro de memória, explica que “o mapa mental é um organizador gráfico em estrutura de teia, que se desenvolve em torno de uma questão principal, representada por um símbolo no centro do diagrama”. “Desse modo, os desenhos feitos em um mapa mental partem de um único centro, a partir do qual são irradiadas as informações relacionadas”, afirma.

Os mapas mentais têm várias aplicações para o concursando, segundo ele: “Eles resumem a matéria, tornando-se uma excelente ferramenta de revisão para provas e concursos; possuem muitos símbolos e cores, facilitando a memorização dos conceitos; as cores permitem uma categorização dos tópicos, favorecendo organização e aprendizagem; tornam a aprendizagem mais

divertida, tornando o estudo bem mais eficaz; e durante a prova, o estudante evoca facilmente as imagens e cores utilizadas no mapa mental; assim, torna-se uma excelente ferramenta nesses contextos”.

Mapa mental de direito previdenciário

O Instituto IOB construiu o mapa mental da disciplina de Direito Previdenciário, que representou 46% das questões da última prova, sendo de suma importância para sua aprovação.

O mapa mental representa uma análise do edital e prova do último concurso para Técnico do Seguro Social - INSS, visando orientar os estudos dos futuros candidatos a esse cargo.

Ele auxiliará na montagem da programação dos estudos, vez que apresenta os tópicos do edital, apontando quais foram abordados na última prova e qual a representatividade de cada um deles.

Desta forma, possibilitará a gestão estratégica dos conhecimentos na preparação para a prova. A melhor forma de se preparar é com um estudo direcionado e organizado.

O futuro candidato pode ainda, montar um mapa mental de cada tópico do edital para memorizar os pontos mais importantes de cada um, utilizando-se das dicas do professor Alberto.

Direito Previdenciário

1 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos a:

I - saúde;

II - educação;

III - habitação;

IV - assistência social;

V - previdência social.

Estão corretos os itens:

A) IV e V, apenas.

B) I, II e V, apenas.

C) I, IV e V, apenas.

- D) II, III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV, apenas.

Julgue os itens abaixo:

2 - Considere que Lucas tenha exercido, individualmente, de modo sustentável, durante toda a vida, a atividade de seringueiro na região amazônica, tendo os frutos dessa atividade sido sua única fonte de renda. Após o falecimento dele, os herdeiros - demonstrados os pressupostos de filiação - poderão requerer a inscrição de Lucas, como segurado especial, no RGPS.

() Certo () Errado

3 - Marcela, empregada doméstica, após ter sofrido grave acidente enquanto limpava a vidraça da casa de sua patroa, recebeu auxílio-doença por três meses. Depois desse período, foi comprovadamente constatada a redução de sua capacidade laborativa. Nessa situação, Marcela terá direito ao auxílio-acidente correspondente a 50% do valor que recebia a título de auxílio-doença.

() Certo () Errado

4 - João, que era casado com Maria e tinha um filho menor não emancipado chamado Júnior, exercia, quando veio a falecer, atividade abrangida pelo RGPS, como empregado de uma fábrica há oito meses, recebendo, nesse período, um salário de R\$ 700,00. Morava ainda com o casal e o filho menor a mãe de João. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

A) Maria, sua sogra e Júnior não têm direito à pensão por morte, porque João, que trabalhou apenas oito meses, não completou a carência, que é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis à concessão de benefício previdenciário.

B) Para se habilitarem à pensão por morte, Maria, Júnior e a mãe de João precisam comprovar que dependiam economicamente de João.

C) Caso seja requerida apenas por Maria, a pensão por morte será concedida a partir do dia do óbito de João, independentemente da data do requerimento.

D) Aplica-se o fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial da pensão por morte, que é feito com base no salário de benefício da aposentadoria que seria devida a João na data do seu falecimento.

E) Se Maria, sua sogra e Júnior requererem pensão por morte, o benefício será concedido apenas a Maria e Júnior, em partes iguais, sendo que a parte de cada um poderá ser menor que um salário mínimo.

5 - Assinale a alternativa INCORRETA:

A) O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, é considerado contribuinte individual, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

B) Mesmo que o membro de grupo familiar possua outra fonte de renda, a saber: benefício de pensão por morte; auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, não perderá a condição de segurado especial, desde que não supere o do menor benefício de prestação continuada da previdência social.

C) É vedada pela Constituição de 1988 a filiação ao regime geral da previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência social.

D) A contribuição do segurado trabalhador rural, contratado para o exercício de atividades de natureza temporária para produtor rural pessoa física, na forma da Lei nº 5.889/1973, é de 11% (onze por cento) sobre o respectivo salário-de-contribuição.

E) O cônjuge separado de fato que mantiver dependência econômica do segurado será considerado dependente para fins previdenciários.

6 - João das Dores foi empregado regularmente registrado por 10 (dez) anos. Condenado por homicídio, permaneceu recluso por 8 (oito) anos. Ao sair da penitenciária, não obteve emprego e, no décimo mês após seu livramento, foi acometido por doença pulmonar grave. Em face de tais premissas, aponte a alternativa correta no tocante à situação previdenciária de João:

A) Ausentes mais de 60 (contribuições), não há direito previdenciário.

B) Há direito a benefício previdenciário, tendo em vista que no momento do surgimento da doença a qualidade de segurado encontrava-se mantida.

C) Conquanto o liame previdenciário ainda esteja presente, outros são os benefícios devidos, mas não o auxílio-doença.

D) A perda da qualidade de segurado deu-se 10 (dez) meses após o livramento.

E) A perda da qualidade de segurado deu-se 6 (seis) meses após o livramento.

7 - A respeito do instituto da carência, aponte a alternativa incorreta:

A) Trata-se do número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o segurado faça jus a determinado benefício previdenciário, sendo o direito concedido a partir do primeiro dia do mês posterior ao qual a última contribuição do período de carência se refere.

B) Quando perdida a qualidade de segurado, as contribuições anteriores serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.

C) É de 12 (doze) contribuições mensais o período de carência para obtenção do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez.

D) É de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais o período de carência para obtenção do benefício à aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial.

E) Não depende de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, sofrer contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

8 - Se houver necessidade de assistência permanente de outra pessoa ao aposentado por invalidez, este:

A) Terá direito a um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da aposentadoria por invalidez, ainda que esta tenha atingido o limite máximo legal.

B) Terá direito a um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da aposentadoria por invalidez, limitado, porém, ao teto máximo legal do benefício.

C) Não terá direito a qualquer acréscimo sobre o valor do benefício.

D) Terá direito, além da aposentadoria por invalidez, a um abono anual.

E) Terá direito, além da aposentadoria por invalidez, a um abono trimestral.

9 - Aponte a afirmativa correta:

A) O auxílio-reclusão é devido apenas durante o período em que o segurado estiver recolhido à prisão sob regime fechado ou semi-aberto; no caso de fuga do preso ocorre a perda do direito ao recebimento do benefício pelos seus dependentes, que não poderá ser restabelecido se houver recaptura do segurado.

B) Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador de doença ou lesão invocada como causa para a concessão do benefício, seja qual for o motivo gerador da incapacidade para o trabalho.

C) Para fazer jus à aposentadoria especial o segurado deverá comprovar a efetiva exposição aos agentes nocivos físicos, químicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício, a saber: quinze, vinte ou vinte e cinco anos conforme dispuser a lei.

D) As contribuições sociais devidas por empregadores, empresas e entidades a elas equiparadas na forma da lei somente poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão do porte da empresa ou da utilização intensiva de mão de obra, não se justificando tratamento específico em virtude das variações da atividade econômica ou das condições estruturais do mercado de trabalho.

E) Compete ao Poder Público organizar a seguridade social com base nos objetivos de: universalidade da cobertura e do atendimento; seletividade, distributividade e especificidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite.

10 - A respeito da incidência de contribuição previdenciária sobre parcelas pagas ao trabalhador, em razão do trabalho com vínculo empregatício, é correto afirmar que não integra o salário-de-contribuição:

A) gorjeta;

B) salário-maternidade;

C) as diárias pagas, quando o valor exceder a 50% da remuneração mensal;

D) as férias vencidas gozadas;

E) a parcela de abono pecuniário de férias, desde que limitada a 20 dias.

Gabarito comentado pela procuradora da Advocacia Geral da União (AGU) e professora de direito tributário e previdenciário, Adriana Menezes

1 - Alternativa C. Conforme dispõe o art. 194 da Constituição Federal, os direitos compreendidos no sistema de seguridade social são os relativos à SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, somente. Educação e habitação, embora sejam direitos sociais, não estão abrangidos pelo sistema de Seguridade Social.

2 - Certo. Na situação colocada, vê-se que Lucas era segurado especial, vez que exercia atividade de seringueiro como principal meio de vida. E, sendo segurado especial, sua inscrição perante a Previdência Social poderá ser feita, até mesmo, após sua morte.

3 - Errado. De início, empregada doméstica não tem direito de receber auxílio-acidente, sendo esse benefício concedido apenas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e especiais. Outro erro na assertiva diz respeito ao valor do auxílio-acidente, que corresponde a 50% do salário de benefício e não a 50% do auxílio-doença. Confira o que dispõe o art. 18, §1º da Lei nº 8213/91.

4 - Alternativa E. A pensão será concedida somente para Maria (cônjuge) e Júnior (filho menor de 21 anos não emancipado), uma vez que são dependentes de 1ª classe do segurado João e não precisam comprovar dependência econômica. A mãe de João, apesar de morar com ele, não vai ter direito à pensão, pois seria dependente de 2ª classe. A pensão por morte será devida aos dependentes e não será exigida carência mínima de contribuições mensais. O valor do benefício será apurado no valor correspondente a 100% do valor da aposentadoria por invalidez a que teria direito João na data do seu óbito e será rateado, em partes iguais, para os dois dependentes. O valor total da pensão não poderá ser inferior a um salário mínimo, porém, a quota parte poderá ser menor que o salário mínimo.

5 - Alternativa D. Veja que as bancas têm certa preferência em exigir dos candidatos a indicação da alternativa incorreta. Esta questão é mais uma neste estilo.

A contribuição do segurado trabalhador rural, contratado para o exercício de atividades de natureza temporária para produtor rural pessoa física, na forma da Lei nº 5.889/1973, é de 8% (oito por cento) sobre o respectivo salário de contribuição. Importante destacar que o trabalhador rural contratado por período de até dois meses em um ano é enquadrado como empregado, e sua contribuição será de 8% sobre o salário de contribuição, independentemente da remuneração do trabalhador rural. Essa alteração veio com a Lei nº 11.718/08. Pode-se conferir, também, o art. 198, parágrafo único do Decreto nº 3.048/99.

6 - Alternativa B. Questão interessante, porque envolve o conhecimento sobre a manutenção da qualidade de segurado, carência mínima para obtenção de benefícios previdenciários e um pouco sobre o benefício de auxílio doença. Vamos lá.

João das Dores foi acometido de doença pulmonar grave após 10 meses do seu livramento. Nesse caso, João ainda se mantinha filiado à Previdência Social, mesmo sem estar contribuindo para o RGPS.

Como João tinha mais de 12 contribuições mensais para o RGPS, que é a carência mínima exigida para os benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez e, ainda, permanecia na qualidade de segurado, ele poderia obter benefício previdenciário.

Esse benefício, dependendo do grau de incapacidade a ser verificado pela perícia médica do INSS, poderá ser o auxílio doença ou a aposentadoria por invalidez.

Tendo em vista que no momento do surgimento da doença a qualidade de segurado de João encontrava-se mantida, caso seja constatada a sua incapacidade temporária, ele poderá receber o auxílio-doença. Se a incapacidade for considerada total e permanente, o benefício a ser concedido será a aposentadoria por invalidez.

7 - Alternativa A. A identificação do erro da questão pode ser feita pela transcrição do art. 24 da Lei nº 8.213/91: período de carência é o tempo correspondente ao número mínimo de contribuições

mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.

De fato, carência é o número mínimo de contribuições que o sistema previdenciário vai exigir para que o beneficiário tenha direito ao benefício, mas esse direito é considerado a partir do transcurso do primeiro dia dos meses das competências das contribuições, e não como menciona a alternativa.

8 - Alternativa A. A questão se resolve pela verificação do disposto no art. 45, caput e parágrafo único, alínea “a”, da Lei nº 8.213/91. O segurado aposentado por invalidez que necessitar da assistência permanente de outra pessoa terá o seu benefício acrescido de 25%. Nesse caso, o valor total do benefício pode superar o teto máximo dos benefícios previdenciários, e será cessado com a morte do segurado, não sendo incorporado ao valor da pensão por morte.

9 - Alternativa C. É a combinação do que está disposto no art. 57, caput e § 4º da Lei nº 8.213/91.

10 - Alternativa E. O objetivo desta questão é identificar qual seria a parcela que não integra o conceito de salário de contribuição. Em outras palavras, qual seria a parcela que não sofreria a incidência da contribuição previdenciária.

Não integra o salário de contribuição a importância recebida a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT. É o que diz o art. 28, § 9º, “e”, “6”, da Lei nº 8.213/91.

Conforme o art. 144 da CLT, o abono de férias previsto no art. 143 da CLT, desde que não excedente de vinte dias do salário, não integrará a remuneração do empregado para os efeitos da legislação do trabalho.